

Entre o ativismo *on e off-line*: o Busão da Comunidade conquista o espaço urbano

Between on- and off-line activism:
Busão da Comunidade conquers the urban space

Ana Maria Pereira Caetano [I]
Maria Luiza Almeida Cunha de Castro [II]
Marco Antônio Penido Rezende [III]

Resumo

O recurso ao ativismo digital, por parte de movimentos que discutem mobilidade na periferia das cidades, parece ilustrar um dos papéis desempenhados pelas inovações tecnológicas na reconfiguração urbana. Este artigo propõe a interpretação do movimento em torno da implantação de uma linha de transporte suplementar no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte – o “Busão da Comunidade” – à luz da análise da tecnologia em suas relações com questões de poder e ação coletiva. Utilizou, como suporte, entrevistas com atores-chave, análise das postagens nas mídias sociais, do uso do aplicativo *whatsapp* e do correio eletrônico. Conclui-se que os recursos digitais foram decisivos principalmente para determinadas dimensões de mobilização e comunicação, mais do que para uma ação conectiva, definida pelo aparato tecnológico.

Palavras-chave: tecnologia da informação; ativismo digital; periferias urbanas; ação coletiva; empoderamento.

Abstract

The adoption of digital activism by movements that discuss mobility issues in the periphery of cities seems to illustrate one of the roles played by technological innovation in the reconfiguration of urban spaces. This paper proposes the analysis of a movement for the implementation of a supplementary bus line – “Busão da Comunidade” – in Aglomerado da Serra, in the city of Belo Horizonte. The research investigated the relations between technology and issues concerning power and collective action. Data was collected through interviews with key players, which were analyzed together with posts on social media, the use of WhatsApp and electronic mail. We concluded that digital resources were important mainly for certain dimensions of mobilization and communication, rather than for a connective action, defined by the technological apparatus.

Keywords: information technology; digital activism; urban peripheries; collective action; empowerment.



A relação entre o crescente acesso às inovações tecnológicas no campo da informação e da comunicação e a capacidade de grupos da periferia urbana de pautar a agenda pública é um tema emergente na atualidade. A cidade contemporânea, compreendida como um espaço de interseção entre a inércia das construções e a flexibilidade e velocidade das redes e informações que transitam no espaço cibernético (Graham, 1997), não superou as questões colocadas pelo sistema capitalista de produção, relativas ao balanço desigual de poder entre as corporações e elites e os demais grupos. Essas questões se expressam em relações sociais, culturais e econômicas complexas e violentas.

Os detentores do poder “[...] constroem as instituições segundo seus valores e interesses” (Castells, 2013, p. 13) e o tema que predomina nos diversos movimentos que têm se articulado no mundo é, sem dúvida, “[...] o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomadas de decisão políticas” (ibid., p. 30). Mesmo sem identificar necessariamente os procedimentos, “mas explorando seus princípios em sua própria prática” (p. 31), esses movimentos têm se articulado na busca por uma governança democrática eficaz, capaz de atender a seus projetos e demandas.

Assim, em um mundo em que as tendências de crescimento da urbanização e da desigualdade se relacionam com os avanços e as inovações tecnológicas (Graham, 2002), é importante discutir essa relação e seus impactos sobre a capacidade dos grupos representativos dos setores mais vulneráveis e, por consequência, com menores recursos de poder, de vocalizar suas preferências e de viabilizar suas demandas (Matos, 2017).

Podemos afirmar que há uma percepção generalizada de que os meios de informação e de comunicação contemporâneos e, em especial, as mídias sociais são “os catalizadores – o mecanismo ou o principal instrumento por trás do ativismo social, seja ele progressivo ou regressivo” (Lim, 2018, p. 93). Entretanto, apesar de não negar a importância desses recursos tecnológicos, diversos autores, a exemplo de Feenberg e Bakardjieva (2004), Castells (2013), Bode (2012), Bimber, Flanagin e Stohl (2012), advogam que eles são parte daquilo que Lim (2018, p. 129) denomina *Hybrid human-communication-information networks*, expressão que pode ser entendida, em livre tradução, como redes híbridas envolvendo aspectos humanos, de comunicação e de informação. Essas redes se situam como elementos necessariamente presentes nas lutas travadas pelos movimentos sociais, mas não o seu aspecto-chave.

Este artigo pretende contribuir para a discussão sobre inovações tecnológicas e ativismo social nas periferias urbanas, buscando identificar como as inovações no campo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) são apropriadas pelos grupos mais vulneráveis e repercutem sobre a agenda urbana.

Metodologia

Os conceitos que norteiam este texto foram investigados a partir da discussão sobre as possibilidades e os limites do ativismo digital periférico urbano. A primeira questão colocada em pauta é a ideia de que as tecnologias são parte das relações sociais e não algo neutro e externo a elas, perspectiva que se coloca em

oposição ao determinismo tecnológico. Em seguida, discute-se como são engendrados novos mecanismos para a geração de uma inteligência coletiva e a configuração da ação coletiva. Por fim, discute-se a forma pela qual as mudanças ocorridas nos processos de comunicação podem ou não interferir no equilíbrio das relações de poder na sociedade.

A partir dessas questões, a pesquisa procura estudar as ações de ativismo digital e as negociações em torno da implantação do Busão da Comunidade como um caso ilustrativo do uso de ferramentas tecnológicas para a incidência no planejamento de mobilidade por parte dos movimentos sociais da periferia urbana.

O levantamento de dados e informações foi feito a partir de entrevistas semiestruturadas com articuladores do movimento, levantamento e análise de conteúdos digitais disponíveis, além da participação em atividades realizadas pelos grupos articuladores do movimento.

As entrevistas foram feitas com um integrante do Movimento Tarifa Zero e do Movimento Nossa BH¹ e com uma integrante do Grupo Arquitetas Sem Fronteiras (ASF), a arquiteta Luiza Silva.² O Movimento Tarifa Zero é uma organização criada em Belo Horizonte, durante a Copa do Mundo de Futebol em 2013, que surgiu dentro do contexto dos protestos generalizados da época, sob a forma de um grupo de trabalho de mobilidade urbana. Posteriormente, evoluiu, ganhando mais autonomia nas discussões sobre o tema e, hoje, dá suporte a diversas ações de participação popular (Dias, 2015). A associação Arquitetas sem Fronteiras foi criada em 2003 para prestar assessoria técnica junto ao Escritório de Integração da Faculdade de Arquitetura da

PUC-Minas. Desde 2013, entretanto, ampliou o escopo de sua atuação, passando a assumir um direcionamento mais progressista, ao focar no empoderamento e na horizontalidade das articulações promovidas. Dessa forma, presta assessoria técnica, usando o saber e os argumentos técnicos a serviço de populações, apoiando iniciativas de interesse comunitário, sem, contudo, visar ao protagonismo na condução dessas iniciativas. O trabalho é desenvolvido na Região Metropolitana de Belo Horizonte – em ocupações urbanas da região, mediante manifestação dos interessados, e em aglomerados e bairros da capital, procurando a viabilização de projetos diversos.

Além da realização de entrevistas com os integrantes desses movimentos, foi feito um acompanhamento de atividades das quais eles e outras figuras-chave participaram. A primeira delas foi a reunião ordinária do Observatório de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, no primeiro semestre de 2018, quando foi apresentado o caso do “Busão da Comunidade”. Essa reunião contou com as participações, dentre outros, do representante dos Movimentos Tarifa Zero e Nossa BH e do presidente do Sindicato dos Permissãoários Autônomos do Transporte Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte/Minas Gerais (Sindpautras).³

A segunda atividade foi o curso de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athis), destinado a profissionais da área de arquitetura e urbanismo e promovido pela ASF no primeiro semestre de 2019. Nesse curso foi relatada a experiência desenvolvida no Aglomerado da Serra, que inclui o movimento em torno do Busão da Comunidade. No evento, estiveram presentes representantes da ASF e do Movimento Tarifa Zero.

O conteúdo digital analisado incluiu a página mantida na rede social Facebook em nome do Busão da Comunidade, assim como, os *posts* e vídeos contidos nessa página; os links para páginas institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte, em especial aquelas referentes à política urbana municipal; e meios de comunicação de grande abrangência no Brasil, como o Sistema Globo de Comunicação. A análise do conteúdo postado na página do Busão da Comunidade no Facebook incluiu o período de um ano, a partir da sua “inauguração”. Procurou-se identificar os tipos de conteúdo, sua finalidade e o público-alvo.

Além de analisar os *posts* e vídeos em relação a quem os produziu e publicou, foi necessário estimar o impacto dessas publicações. Um dos indicadores utilizados foi a quantidade de curtidas. Foi feito um levantamento dos principais momentos de mobilização e analisada a atividade digital correspondente – quanto à quantidade e quanto ao conteúdo delas e quanto a sua repercussão tanto no ambiente virtual quanto no mundo físico. Também foi realizada uma comparação com outras formas (*off-line*) de comunicação e mobilização (por exemplo, o abaixo-assinado). A análise das postagens foi utilizada para a avaliação do grau de envolvimento e do tipo de intervenção dos membros da comunidade. Após a organização das informações obtidas, elas foram interpretadas a partir do marco teórico utilizado – ativismo digital, construção social das tecnologias, lógica da ação coletiva e conectiva e questões de poder – que norteou a discussão sobre os resultados obtidos.

O espaço urbano, a ação política e a inovação das tecnologias de informação e de comunicação

O final do século XX e o início do século XXI têm assistido à aceleração dos processos de urbanização, de ampliação das desigualdades entre as extremidades da pirâmide social e de inovação das tecnologias de informação e de comunicação. O uso da tecnologia tem estabelecido novas rotinas e deixou de ser “uma atividade exploratória” para se transformar em uma atividade instrumental cotidiana (Bode, 2012, p. 357). A junção desses fenômenos faz com que as cidades contemporâneas, compreendidas como um amálgama entre a concretude do ambiente construído e a virtualidade do espaço cibernético, constituam um elemento importante na análise, seja para a discussão sobre os limites e potencialidades dos avanços tecnológicos em curso, seja para a discussão sobre lutas por justiça social (Graham, 1997).

Diversos autores discutem as inovações na área das telecomunicações contrapondo-se à visão que percebe o avanço tecnológico como um destino inexorável, determinando as mudanças sociais (Graham, 1997, 1998, 2002, 2005; Feenberg e Bakardjieva, 2004; Lévy, 2007; Lilleker e Koc-Michalska, 2017; Khan e Krishnan, 2017; Schradie, 2018, entre outros). Diferentes em suas especificidades, as análises convergem ao destacar que, enquanto constructo social, a tecnologia também não é neutra. A existência de grupos sociais distintos,

com objetivos específicos, define seus usos, que não são diretamente decorrentes da sua mera disponibilidade: “O espaço virtual não é regido pela tecnologia, ele é socialmente construído pela apropriação que o usuário faz [dela]” (Feenberg e Bakardjieva, 2004, p. 18). Assim, os usuários são criativos e capazes de produzir novas dinâmicas, superando as limitações da tecnologia, personalizando e combinando recursos tecnológicos e culturais de formas inesperadas, negociando significados, normas e valores.

Se os avanços da tecnologia não são um destino inexorável da humanidade – ainda que haja uma forte tendência de inovação tecnológica na contemporaneidade – e a telemática não é um instrumento neutro e externo às relações de poder existentes nas sociedades contemporâneas, é, entretanto, inegável que as inovações ocorridas desde o advento da internet têm sido absorvidas e utilizadas como ferramentas na luta por justiça social no espaço urbano em diferentes partes do globo (Castells, 2013). A internet e as redes sociais têm, assim, sido bem-sucedidas no sentido de “atingir recrutas em potencial, promover ativismo no mundo real e ajudar no avanço de objetivos organizacionais” (Benjamin, Chen e Zimbra, 2014, p. 2210), com importantes implicações para o futuro das cidades (Graham, 2005).

Esse contexto traz novas possibilidades para movimentos sociais e coletividades que passam, portanto, a dispor de plataformas digitais (*sites*, redes sociais e aplicativos de mensagens) como suporte para suas ações políticas de natureza reivindicatória, colocando em questão, desafiando e reformulando as formas de exercício do poder. A atuação desses movimentos é entendida como ativismo digital

urbano (Matos, 2017) e modifica as relações de poder e as características da ação coletiva.

Todas essas mudanças estão diretamente relacionadas com as transformações radicais ocorridas na comunicação. Para Castells (2015, p. 6), “[...] comunicação é o processo de compartilhamento de significados por meio da troca de informação”. A estrutura das formas de comunicação tem a capacidade de influenciar a construção de significados de maior quantidade de pessoas simultaneamente: elas aumentam o alcance da comunicação, criando uma comunicação “socializada”, que é uma forma coletiva de construção de significado. O autor chama o uso da internet e das redes sem fio de “autocomunicação de massa”: comunicação de massa, porque é de “muitos para muitos”; autocomunicação porque cada remetente tem autonomia para definir seus destinatários. As novas maneiras de construir redes de compartilhamento de informação e de comunicação afetam diretamente as relações do poder, que, conforme Foucault (2014, p. 103), “[...] deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”.

A “autocomunicação de massa”, apropriada pelos movimentos que lutam por justiça social no meio urbano, influencia de forma sutil as transformações emergentes, alimentando o ativismo social e aumentando sua amplitude, ao conectar os diferentes movimentos que buscam transformar a realidade social. Esses recursos de comunicação, disponíveis em larga escala, podem servir a interesses de grupos que antes não tinham acesso à informação

nem a formas de articulação, possibilitando a formação de redes horizontais a partir de sentimentos, interesses, ideias, sonhos compartilhados. Trata-se de um tipo de comunicação que representa uma forma de expressão mais democrática, mais autônoma do que as mídias tradicionais, em geral dominadas pelas estruturas do poder vigente (Castells, 2015; Harlow e Harp, 2013).

Essa visão corresponde ao que vem sendo reconhecido, na literatura, como *ciberotimismo*, uma vez que é baseada na crença de que a nova estrutura de comunicação “[...] cria também novas estruturas de oportunidades, que são substancialmente diferentes das bases da participação convencional e não convencional nos espaços *off-line*” (Ribeiro, Borba e Hansen, 2016, p. 503).

Dessa forma, apesar da desigualdade de acesso e da apreensão que existe com relação ao uso dos novos instrumentos de comunicação para propósitos condenáveis, os *ciberotimistas* enxergam a rede como um “[...] espaço público alternativo para se manter informado e promover o ativismo” (Harlow e Harp, 2013, p. 24).

Em contraposição, entretanto, há o *ciberpessimismo* e, em grau mais acentuado, o cibereticismo: autores, como Norris (2001), acreditam que as relações virtuais são o prolongamento das relações *off-line* e reproduzem ou até aprofundam as desigualdades existentes, além de não serem capazes de criar, por si só, um engajamento político, quando ele não existe anteriormente (Ribeiro, Borba e Hansen, 2016).

Mais uma vez o debate divide os ciberpessimistas, que enfatizam padrões arraigados de estratificação social e o crescimento de uma subclasse desqualificada

para o acesso tecnológico; os cibereticos que acreditam que as tecnologias se adaptam à sociedade e não o contrário, e os ciberotimistas, que esperam que nas sociedades pós-industriais afluentes, pelo menos, a divisão digital vá eventualmente sucumbir à combinação de forças das inovações tecnológicas, mercados e Estado. (Norris, 2001, p. 11)

Independentemente do grau de otimismo das análises, é fato que as estratégias utilizadas nas redes digitais partem da propagação de informação, e esta é uma das funções principais de qualquer movimento. Esse processo leva à capacidade de influenciar as perspectivas de indivíduos e recrutar novos membros – de forma explícita ou de forma velada – atraindo-os gradualmente para mergulhar na perspectiva do movimento (Benjamin, Chen e Zimbra, 2014, p. 2212).

Na utilização da tecnologia para o ativismo social, fica claro, entretanto, que o espaço virtual e o espaço real não são distintos e separáveis (Graham, 1997): existe uma porosidade entre eles que “tem o potencial de redefinir os termos do comprometimento democrático” (Lilleker e Koc-Michalska, 2017, p. 2). Dessa forma, os movimentos sociais não se limitam ao mundo *on-line*, e a tecnologia, que não é autossuficiente, tem como papel estabelecer uma rede complementar a outras formas de comunicação. Ela faz parte de um conjunto de estratégias dentro do qual o seu peso varia de acordo com as circunstâncias (Lim, 2018, p. 92). Ao espaço da internet, virtual, deve, portanto, corresponder um espaço real, no qual possa haver proximidade – uma sensação de estar juntos – que cria comunidade, além de ter função simbólica (Castells, 2013).

A discussão sobre a extensão dos efeitos da comunicação *on-line* na participação democrática estende-se, ainda, para a interpretação das relações entre as redes digitais e a ação coletiva.

Ação coletiva na era digital

Não há unanimidade nas interpretações das relações *on-line*, no que diz respeito à ação coletiva. A disponibilidade de um grupo para a ação coletiva é definida pelo que Costa (2004) chama de inteligência coletiva, a qual, por sua vez, é influenciada pelo capital social,⁴ decorrendo, ainda, da cultura e da capacidade técnica de um grupo. A existência de uma inteligência coletiva seria capaz de definir, dessa forma, o sucesso das ações coletivas.

No que diz respeito ao capital social, alguns autores alegam que a internet é capaz de ampliar os mecanismos que o promovem em ambientes em que as condições não são as ideais para o seu desenvolvimento convencional. Benjamin, Chen e Zimbra (2014) argumentam que a internet consegue estabelecer vínculos entre membros de uma comunidade virtual e mantê-los: essas comunidades reforçam suas normas, reforçam a influência do grupo, o que possibilita o desenvolvimento da confiança mútua, a coesão interna e uma interação que pode permear para o mundo real e ajudar a promover o ativismo. As tecnologias digitais

[...] parecem servir como pontos de articulação por meio dos quais os indivíduos compartilham suas visões, disseminam conhecimento e encorajam uns aos outros a apoiar as posições sociais do movimento. (Ibid., p. 2212)

Bode (2012) menciona as vantagens da complementaridade entre o capital social “cara a cara” e o virtual – formando um tipo especial de capital social “de liga” (ibid. p. 356).

As evidências, portanto, são de que as atividades virtuais têm um impacto indiscutível no mundo real e na forma como os indivíduos se relacionam (ibid., p. 2213). Resta determinar, porém, qual é o caráter desse impacto: haveria uma diferença significativa entre a lógica da ação coletiva que se realiza de forma independente do aparato tecnológico e aquela que se realiza a partir dele?

Para Feenberg e Bakardjieva (2004), o engajamento das pessoas pode ocorrer tanto na internet quanto no mundo real, e, nos dois casos, a qualidade e o nível de envolvimento – e o valor da interação – podem variar. Para eles, a principal contribuição da tecnologia para a democracia seria muito mais a conexão de pessoas geograficamente dispersas do que seus efeitos no processo político. Essa conexão e as formas de resistência que surgem são mais flexíveis do que as existentes anteriormente, contrapondo-se às estruturas tradicionais de uma sociedade racional, definida pelos governos e empresas (Feenberg, 2009 p. 77).

Olson, que escreveu o clássico “A lógica da ação coletiva” em 1965,⁵ atribuía a solução dos problemas dos indivíduos a organizações, responsáveis pela solução de questões que beneficiavam o grupo como um todo, embora muitos indivíduos não contribuíssem para tanto. Até o início da década de 1990, prevaleceu, nos trabalhos acadêmicos, a perspectiva de que eram as organizações que resolviam as questões na esfera pública. Desde então, porém, tem-se observado o surgimento de iniciativas que demonstram não um completo abandono

da organização tradicional, mas “[...] a emergência de novas capacidades criadas pelas inovações tecnológicas que alteraram a estrutura e as formas de esforços de ação coletiva hoje, em direção a uma atuação individual reforçada” (Bimber, Flanagan e Stohl, 2012, p. 3).

Bimber, Flanagan e Stohl (2005) identificam, na ação dita “conectiva”, outras características, que contradizem a afirmativa de Olson de que pequenos grupos são mais bem-sucedidos do que os maiores. Os autores entendem que a ação coletiva envolve um fenômeno de diluição de fronteiras entre o privado e o público – fronteiras estas que, na forma tradicional de ação, só são ultrapassadas a partir de cálculos deliberados, devido ao alto custo desses trespasses. As novas circunstâncias não eliminam as formas mais tradicionais de ação, envolvendo, por exemplo, a organização formal, mas aquelas se adicionam a esta – demonstrando uma ampliação da variedade de experiência coletiva humana. Para esses autores, a mudança que se opera na ação coletiva é a ampliação do escopo dos processos de organização de movimentos que, agora, se inserem não somente dentro uma estrutura formal, mas, ainda, dentro de redes, mídia social e *blogs* e, além disso, dispõem de maior acesso à informação por meio de ferramentas de pesquisa e repositórios digitais. As palavras-chave, para eles, são “tecnologia” e “escolha” – inclusive escolha do tipo de participação e envolvimento que as pessoas querem ter.

As organizações, portanto, não cessaram de existir. O que ocorre é que suas relações com seus membros e com a sociedade civil mudaram, tornando-se menos burocratizadas, mais flexíveis, mais sutis e mais prontamente construídas por indivíduos em um mundo no

qual pessoas têm uma grande quantidade de informação na ponta dos dedos e uma capacidade essencialmente ilimitada de comunicar com outros, perto e longe, conhecidos ou desconhecidos (Bimber, Flanagan, e Stohl, 2012, pp. 11-13).

Bennett e Segerberg (2012), por sua vez, identificam diferenças expressivas entre a lógica da ação coletiva tradicional e aquela que eles denominam “lógica da ação conectiva”. Os autores argumentam que o uso maciço das tecnologias de comunicação e informação baseadas na rede global representa uma mudança de padrão de ação. Essa mudança ocorre na medida em que as tecnologias permitem que indivíduos manifestem suas preferências, sem que precisem se configurar enquanto coletividades identitárias e se submeter a processos hierarquizados e profundamente organizados de luta. Ao contrário, essas tecnologias viabilizam manifestações individuais que, divulgadas em rápida velocidade e de maneira amplificada nas plataformas digitais disponíveis, são capazes de gerar sentimentos de identificação e compartilhamento que sustentam ações coletivas de protesto de natureza política de grandes dimensões e com alto impacto. Para Bennett e Segerberg (*ibid.*), a ação coletiva tradicional prescinde do aparato tecnológico, ainda que possa fazer uso dele para a redução dos custos associados ao alto nível de organização exigido. A ação conectiva, por sua vez, é definida por estes aparatos.

Dentro do contexto das ações conectivas, entretanto, as lideranças são menos experientes e suas relações são mais informais – quando comparadas aos sindicatos e políticos em geral envolvidos na ação coletiva. Van Stekelenburg e Klandermans (2017)

chamam a atenção para o fato de que, na ação coletiva tradicional, existe uma rede de relações tecida pelos articuladores, que envolve o acesso a políticos e canais tradicionais de mídia. Essa forma de organização consegue exercer influência a partir do acesso privilegiado a recursos, que trazem legitimidade e facilidades, levando à obtenção de resultados sem a necessidade do alarde das mídias sociais. Dessa forma, a ação coletiva tradicional funciona mais facilmente de cima para baixo – sendo do tipo *top-down*, em contraste com a ação conectiva, que opera mais de baixo para cima – *bottom-up*.

Na ação conectiva “[...] agir publicamente ou contribuir para o bem comum torna-se um ato de expressão pessoal e de reconhecimento ou autovalidação, que é alcançado por meio do compartilhamento de ideias e de ações baseadas em relacionamentos de confiança” (Bennett e Segerberg, 2012, pp. 752-753). Esse tipo de ação, mediado pelas plataformas digitais, parte de uma tomada de consciência do potencial de inserção nas redes para a difusão de reivindicações e dá origem ao ativismo digital (De Moraes, 2001). A utilização das tecnologias digitais permite a grupos desfavorecidos construir as narrativas sobre a sua própria atuação.

Entretanto, Matos (2017) destaca alguns limites dessas relações em rede, que “tendem a prolongar as relações familiares, de trabalho ou mesmo de vizinhança geográfica em direção a essas outras redes digitalmente mediadas” (p. 18), reforçando essas instituições. A aplicação de algoritmos para a seleção de conteúdos exibidos na internet também leva a uma homogeneização das relações, produzindo falsas impressões de consenso, pela indução de contatos entre iguais (ibid.).

A partir dessas considerações, o Busão da Comunidade, objeto de estudo proposto, será analisado dentro da visão que o situa como uma mobilização socialmente construída, que procurou estabelecer uma rede complementar à rede social existente na comunidade e articular recursos para atingir objetivos que teriam maior dificuldade para ser alcançados sem a visibilidade trazida pelas atividades *on-line*.

O Aglomerado da Serra – palco de uma ação de ativismo urbano

O Aglomerado da Serra é o maior conjunto de favelas da capital mineira, contando com uma população de cerca de cinquenta mil habitantes, que se distribuem por um total de seis vilas. Essas vilas, que passaram a ser edificadas de maneira precária na década de 1920, foram formadas originalmente por uma população oriunda do interior de Minas Gerais. A vila Nossa Senhora da Conceição é a mais antiga das seis existentes, seguida pela vila Nossa Senhora Aparecida, cuja ocupação se deu na década de 1940; vila Marçola, criada na década de 1960; vila Santana do Cafezal, formada em 1975; vila Nossa Senhora de Fátima, criada por volta de 1976; e Novo São Lucas, em 1990. Desde sua origem, o Aglomerado ressentiu-se da ausência ou presença bastante limitada do poder público – a vila originária, Nossa Senhora da Conceição, por exemplo, só veio a ter acesso à luz elétrica na década de 1970 e, mesmo assim, por meio de ligações clandestinas executadas por seus moradores. A vila Nossa Senhora Aparecida, por sua vez, teve

acesso à água encanada e tratada em 1983 e, até aquele ano, os moradores precisavam recorrer a chafarizes e minas públicas para abastecer de água suas residências. Assim, as melhorias hoje existentes seriam decorrentes não do interesse e planejamento públicos, mas da organização e mobilização da população local, principalmente por meio de associação de moradores (Sistema..., 2013).

Em 2005, a prefeitura de Belo Horizonte/PBH, sob a coordenação da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte/Urbel, iniciou a implementação do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Segundo a página da Urbel/ Portal da Prefeitura de Belo Horizonte,

O Programa Vila Viva é uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. São obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, além de implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. O eixo social engloba ações de desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda. Já o eixo jurídico só pode ser implementado após o término da urbanização do local, para que a área possa ser legalizada e emitidas as escrituras dos lotes aos ocupantes. A origem do programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento que norteia as ações a serem realizadas. As intervenções contam com recursos federais, obtidos por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal. (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, 2017)

O programa Vila Viva trouxe várias melhorias de infraestrutura para o Aglomerado da Serra, entre as quais se destaca a construção da avenida do Cardoso, via de ligação entre as regiões Centro-Sul e Leste da Capital (Sistema..., 2013). Essa obra, que exigiu a remoção de várias famílias e que tinha como justificativa a melhoria da mobilidade urbana de moradores por meio da ampliação de oferta de linhas de ônibus, é justamente a base da demanda de transporte público de baixo custo materializada no Busão da Comunidade.

O Busão da Comunidade – uma ação de empoderamento

De acordo com as fontes pesquisadas, em 2016, o Ministério Público, por meio da Promotoria de Direitos Humanos, implementou o Programa de Apoio à Ação Comunitária e Autogestionária (Paaca), realizado em parceria com o Movimento Arquitetas Sem Fronteira. Essa parceria “[...] foi construída em resposta à necessidade de ampliação da interdisciplinaridade na atuação das promotorias do Ministério Público” (Paaca, 2019) e da aproximação entre o poder público e a sociedade. Em razão do vínculo entre articuladores-chave do ASF e o Aglomerado da Serra e da visibilidade desse conjunto de vilas e favelas, tanto por sua localização na região Centro-Sul de Belo Horizonte, quanto pelo volume de habitantes, ele foi definido como projeto-piloto do Paaca.

Com vistas à identificação de demandas, foram realizados encontros com a comunidade nos quais foram levantadas duas prioridades de ação: a proteção das áreas verdes

remanescentes e a criação de uma linha de transporte público de baixo custo que fizesse a ligação entre a praça da avenida Cardoso e a estação de metrô do Bairro Santa Tereza, localizado na região Leste da cidade. O foco do nosso estudo está nessa segunda ação, cujos objetivos eram: (a) dar um uso comunitário para uma avenida que, ao ser construída, tinha gerado um profundo impacto na organização espacial e na forma de vida de moradores (aqueles que foram desalojados de suas casas foram realocados em apartamentos de edifícios criados no Programa Vila Viva); (b) integrar o Aglomerado da Serra à Regional Leste da Capital e às conexões com outras regionais da cidade e outros municípios da Região Metropolitana, por meio do sistema de metrô e das linhas de ônibus que trafegam na avenida dos Andradas, na altura da estação de metrô do bairro Santa Tereza; e (c) permitir o acesso dos moradores do Aglomerado da Serra ao comércio popular da avenida Mem de Sá, localizada no bairro de Santa Efigênia, região Leste da cidade.

O Movimento Tarifa Zero foi convidado a integrar a iniciativa em maio/junho de 2016, para contribuir com a sua *expertise* nos processos necessários à criação de uma linha de ônibus. Apesar de ter uma experiência sólida em mobilização social voltada para a mobilidade urbana e de discutir há anos o transporte público na capital, os integrantes do Tarifa Zero nunca tinham criado uma linha de ônibus e, para fazê-lo, foi necessário que passassem, junto com os demais, por um processo participativo de capacitação.

Tendo em vista o objetivo de extensão do serviço da linha de vilas e favelas para cobertura do itinerário demandado (Alto do Cardoso-metrô de Santa Tereza), ao custo de R\$0,90

a passagem por usuário, foi elaborado um desenho técnico do percurso, com base no reconhecimento da área e no cálculo de demanda. Também foi realizado um movimento para mobilização da comunidade a partir do grupo de Educação de Jovens e Adultos/EJA da escola municipal Edson Pisani, que resultou na coleta de 4.000 assinaturas de apoio. O ato de entrega do abaixo-assinado na Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHtrans) foi precedido por uma “Buzona” – aluguel de um ônibus que percorreu o itinerário proposto levando moradores e recolhendo assinaturas.

Apesar de a “Buzona” ter ocorrido em outubro de 2016, a entrega do documento propriamente dita foi postergada para janeiro de 2017, após as eleições municipais, considerando a possibilidade real de mudança de gestão na prefeitura de Belo Horizonte.

Duas semanas após a entrega das assinaturas coletadas, que ocorreu em reunião com o presidente da BHtrans, veio a resposta oficial com duas colocações: a passagem custaria R\$2,85, e o itinerário seria oferecido por meio da extensão das linhas já em operação e, por essa razão, cobriria apenas metade do percurso proposto pela comunidade do Aglomerado da Serra. Após realização de assembleias com os moradores para debate da proposta apresentada pela BHtrans, essa foi recusada.

Naquele momento, fevereiro de 2017, a página do Busão da Comunidade já estava em operação, e uma série de atividades havia sido realizada, com o intuito de mobilizar a comunidade em torno da demanda. Apesar do suporte de instituições estratégicas como o Ministério Público e a direção da E.M. Edson Pisani, a avaliação é de que a capacidade de mobilização estava abaixo do desejável e, nesse sentido, era

insuficiente para pressionar a BHtrans e a prefeitura de Belo Horizonte.

Tendo em vista o peso eleitoral do Aglomerado da Serra, na qualidade de maior conjunto de vilas e favelas de Belo Horizonte, e a formação de uma nova Câmara Municipal, com vereadores interessados em consolidar e ampliar sua base de eleitores para negociações de seus interesses junto ao executivo municipal, o movimento Busão da Comunidade aproximou-se dos vereadores da Câmara Municipal, atuando em conformidade com uma prática conhecida como *advocacy*. Essa prática pressupõe o trabalho a partir das estruturas institucionais/ de poder existentes, buscando oportunidades para vocalização, pressão e negociação em torno da demanda colocada. Como resultado, foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal e foi viabilizado o agendamento, intermediado por um vereador, de uma audiência com o prefeito recém-eleito, Alexandre Kalil, para apresentação da demanda. Na reunião, a posição do chefe do Executivo Municipal foi, a princípio, de veto à iniciativa, argumentando a impossibilidade contratual de impor essa demanda às empresas concessionárias do transporte coletivo. Diante desse posicionamento, uma liderança comunitária improvisou a sequência da negociação, afirmando haver um interesse de viabilização do serviço de maneira autogestionada, ou seja, sob a gestão da comunidade do Aglomerado da Serra, por meio da oferta de transporte suplementar.⁶ Como essa alternativa não importaria um embate desgastante com o grupo de empresários que domina há anos o transporte público da cidade e, ao mesmo tempo, a resposta positiva ao Busão da Comunidade alinhava-se ao lema da gestão em exercício – “Governando para Quem Precisa” –

o prefeito Kalil acabou por autorizar o encaminhamento da demanda.

Em setembro de 2017, o Sindpautras, sindicato que reúne os proprietários dos micro-ônibus que fazem o transporte suplementar, passou a integrar a mesa de negociações. Durante os dois meses seguintes, foram discutidos o formato e o custo do serviço, inaugurado, em caráter de teste, em novembro de 2017, por meio da linha suplementar S19. Por sugestão do Sindpautras, o itinerário inicialmente proposto pela comunidade foi estendido, na porção Centro-Sul até o hospital evangélico no bairro Serra e, na porção Leste, até o *Shopping Center Boulevard* na avenida dos Andradas, no bairro de Santa Efigênia. A tarifa ficou acima do valor inicialmente desejado pela comunidade, mas bem abaixo da proposta apresentada pela BHtrans: R\$1,90. Em maio de 2018, a linha contava com dois veículos e operava das 5:50 às 22:00, de segunda a sexta-feira, e de 6:30 às 22:00 aos sábados, não funcionando aos domingos. A média de passageiros era 700 pessoas/dia, e a cobertura da imprensa explicitava o impacto positivo da sua criação na vida de moradores do Aglomerado da Serra. Em fevereiro de 2019, foi relatado que, por meio do processo de mobilização contínua dos moradores para a melhoria da oferta de serviços da linha S19, o número de veículos em operação foi elevado para três, passou-se a ofertar horário noturno (22:00 às 5:50) e a linha foi formalizada como parte do sistema de transporte público de Belo Horizonte – até novembro de 2018, ela era considerada uma linha em teste. A disponibilidade do serviço aos domingos ainda é um objetivo a ser alcançado.

Além da implantação e qualificação da linha S19, é notável, ainda, como produto do

processo de mobilização comunitária em torno da implantação do Busão da Comunidade, a participação dos moradores nos espaços abertos à sociedade civil para discussão e encaminhamento de demandas de mobilidade urbana de caráter local para apreciação do executivo municipal, como é o caso das Comissões Regionais de Transporte e Trânsito/CRTT.

Considerando todo esse contexto de mobilização e o intenso uso de ferramentas digitais – desde o e-mail e o Whatsapp, até as mídias digitais, Facebook, Instagram e o *site* oficial dos movimentos envolvidos –, a pesquisa procurou, então, investigar o papel das TIC nesse processo que ocorreu em torno do Busão da Comunidade, e em que medida contribuíram para configurar uma ação coletiva de ativismo digital urbano (Matos, 2017) ou uma mudança de padrão de ação, base para uma ação conectiva (Bennett e Segerberg, 2012).

O papel da tecnologia digital na formatação do movimento

Inicialmente, foi possível verificar que a ASF foi fundamental para a articulação da atividade digital. Dentro da própria estrutura da associação, a organização é feita sob a forma de “nuvem”, sendo indispensável trabalhar com recursos compartilhados, já que a equipe é pulverizada no território e atua em diferentes partes da região. Os e-mails e o aplicativo de mensagens Whatsapp constituem a principal forma de comunicação virtual, sendo utilizados para a coordenação interna dos trabalhos. Com relação às redes sociais, a ASF dispõe de página no Facebook e, mais recentemente,

no Instagram, ferramenta na qual estão depositadas, atualmente, as maiores expectativas quanto ao impacto da difusão das atividades. O *site* oficial da organização na internet está atualmente passando por reformas, mas, em geral, é utilizado para comunicação institucional (Silva, 2019).

Nas atividades relacionadas ao Busão, foi criada uma página oficial específica no Facebook, utilizada prioritariamente como meio para (a) informar sobre ações de mobilização, estimulando a adesão da comunidade; (b) informar sobre a realização e os resultados de reuniões e assembleias comunitárias; (c) divulgar vídeos produzidos pelo movimento, reportagens e matérias sobre o Busão da Comunidade em veículos de comunicação de grande abrangência; (d) reforçar o caráter processual da reivindicação – com postagens que lembravam o caminho percorrido e indicavam os próximos passos; (e) uma vez implantada a linha S19, informar sobre alteração dos quadros de horários; (f) informar sobre as novas demandas vinculadas à melhoria do serviço prestado pela linha S19; e (g) informar sobre outras ações importantes que estivessem acontecendo no Aglomerado da Serra (Movimento..., 2018). Tanto no Facebook como em outras mídias – *site* oficial, Whatsapp e Instagram, fossem elas específicas do Busão ou relacionadas ao trabalho geral da ASF e do Tarifa Zero –, procurou-se utilizar uma linguagem mais coloquial, de modo a estabelecer uma relação informal com os destinatários.

As “curtidas” nas postagens (*posts*) da página do Busão da Comunidade e o compartilhamento de seu conteúdo variaram, indo de uma quantidade muito baixa (4) a mais do que uma centena. Os vídeos, por sua vez, tiveram

em média 380 visualizações, excetuando-se dois deles, que foram visualizados, respectivamente, 4,3 mil vezes e 16 mil vezes (referentes à entrega do Prêmio “Enrolão” para o vice-prefeito de Belo Horizonte, Paulo Lamac, em setembro de 2017, e à divulgação do primeiro dia de teste da linha S19 em novembro de 2017). Apesar da quantidade de acessos alcançados por esses dois vídeos, o desempenho da página do Facebook pode ser considerado modesto, se contrastado com a quantidade de residentes no Aglomerado (cerca de 50.000) e a quantidade de assinaturas levantadas no abaixo-assinado encaminhado à BHtrans (4.000).

Porém, a própria criação da página teve um papel importante na difusão das ideias que permearam o movimento: para o Movimento Tarifa Zero (2018), a página cumpriu o papel de “furar a bolha”, levando a discussão sobre a demanda de transporte público de baixo custo em vilas e favelas para além do público que, em geral, discute essas questões na cidade. Além disso, a página estabeleceu uma relação dialógica com a página do Movimento Tarifa Zero, por meio da qual elas se retroalimentavam mutuamente.

Outra ferramenta amplamente utilizada foi o aplicativo Whatsapp. A época de mobilização em torno do Paaca e, em específico, do Busão da Comunidade (2016) corresponde a uma período de grande difusão do uso do Whatsapp no País,⁷ e a ASF identificou uma mudança significativa na dinâmica das comunicações com relação a mobilizações anteriores. A ferramenta permitiu a criação instantânea de grupos específicos do projeto Paaca, internos à organização – por meio dos quais era possível realizar trocas de informação “o tempo inteiro” – e externos a ela, por meio dos quais eram

“adicionadas” pessoas da comunidade. Nesse sentido, o Whatsapp potencializou a agilidade na organização dos vários atores, internos e externos, relacionados com o projeto (Silva, 2019). Viabilizou, portanto, uma comunicação rápida entre as pessoas envolvidas no movimento, para a convocação de assembleias, marcação de reuniões, discussão de questões e definição de encaminhamentos que prescindiam da aprovação em assembleias. Segundo o representante do Movimento Tarifa Zero (2018), sua função teria sido restrita, porém, à própria organização interna do movimento Busão da Comunidade, e, embora, bastante eficaz nesse sentido, não teria proporcionado a difusão em massa de conteúdos que têm caracterizado outros tipos de mobilização.

Assim, a ferramenta foi usada de forma indireta, para fazer contatos com a imprensa e, por meio destes, pautar matérias e reportagens. O correio eletrônico, por sua vez, foi utilizado para a comunicação mais formal com as instituições estratégicas para o processo. No que diz respeito a essa questão, Silva (ibid.) tem uma avaliação ligeiramente distinta, acreditando que o grupo de Whatsapp do Busão da Comunidade tenha uma participação mais significativa da população do Aglomerado da Serra, que o utiliza como meio para reforçar a mobilização em torno de questões de interesse da comunidade.

No cômputo geral das atividades digitais, a pesquisa indica que houve uma ampliação da escala da ação pelo acesso mais fácil, rápido e com menor custo permitido pelas mídias digitais, com uma possibilidade de comunicação muito maior e, conseqüentemente, uma facilitação dos processos e atividades (Movimento..., 2018). Houve, também, a disseminação

das páginas dos projetos para o público específico da comunidade interessada – tentativa que nem sempre é bem-sucedida em casos similares – e que foi resultado “[...] *de um trabalho minucioso, de atuação no lugar, que envolveu muita gente no espaço físico para que o espaço virtual fizesse sentido para a comunidade*” (Silva, 2019).

Apesar dos resultados obtidos, apontados acima, verifica-se que a importância das mídias digitais foi relativa em relação à atividade da comunidade como um todo. De acordo com a representante da ASF, o movimento trabalha com a produção do espaço, que é algo que envolve, necessariamente, corpo e espaço:

[...] é físico, não só físico, mas é muito físico também [...]. O virtual está ali como um braço a mais, [...] mas outras mídias precisam acontecer [...]. A compreensão de como se dão as formas de comunicação endógenas de uma comunidade específica, para que, a partir disso, se possa trabalhar, é muito importante. (Ibid.)

No caso do Aglomerado da Serra, apesar de o uso do celular ser bastante disseminado, uma grande parte dos moradores não tem acesso aos pacotes de dados e ao *wi-fi*: “o sinal é bastante ruim” tanto na linha móvel, celular, quanto na linha fixa. Existe, portanto, uma limitação do acesso às mídias digitais no que se refere aos meios, mas também quanto à familiaridade com a sua utilização (Silva, 2019; Movimento..., 2018). Assim, o conjunto bastante heterogêneo de pessoas mobilizadas a partir da atuação do Grupo de Educação de Jovens e Adultos/EJA da escola municipal Edson Pisani não tinha, de maneira geral, maior familiaridade com os meios digitais. O grupo incluiu tanto jovens com trajetórias de vida

bastante complicadas e que, em razão dessas trajetórias, não permanecem necessariamente no EJA pelo tempo que seria o esperado, quanto pessoas mais maduras e, eventualmente, idosas que, tradicionalmente, apresentam dificuldade no uso das mídias digitais. Constatou-se, assim, a efetividade da observação de Graham (2002), relativas aos centros urbanos, quando afirma que aí se justapõem “[...] clusters e enclaves de pessoas superconectadas” lado a lado com “grande quantidade de pessoas com acesso rudimentar às tecnologias de comunicação” (p. 34).

Nesse contexto, um mapeamento realizado pela ASF permitiu verificar que as mídias mais bem-sucedidas, para um maior alcance da informação junto aos moradores do Aglomerado, eram aquelas de contato físico: “[...] *são sempre simples, como uma faixa em frente ao ponto de ônibus ou um moto-som que passa algumas vezes na frente da casa do morador falando sobre algo que interessa a ele*” (Silva, 2019). Além disso, o recurso do “boca a boca” se mostrou muito efetivo, sendo, na avaliação da representante da ASF, o recurso com o maior potencial, a mídia “mais poderosa”:

[...] você conversa com alguém e essa pessoa acredita tanto naquilo, que ela dissemina [...]. O alcance virtual é um pouco dependente do boca a boca, porque você conta para o seu amigo que você viu a página, você tá querendo conversar sobre isso, você manda o endereço pelo zap. (Ibid.)

As ações de ativismo digital tiveram, portanto, um papel secundário no processo e não é possível afirmar que a sua inexistência teria alterado o resultado obtido. A grande mudança trazida pelas redes sociais parece

ter sido a visibilidade dos grupos articuladores e de sua ação junto a seus pares – outros profissionais e articuladores em potencial –, mas nem tanto em relação às comunidades afetadas (ibid.).

Instado a avaliar o movimento, o representante do Movimento Tarifa Zero acredita que seu trabalho foi baseado na prática do *advocacy*. Assim, identifica, nas mídias sociais e, em especial, na página do Facebook, um papel somente acessório, que permitiu maior celeridade na efetivação da demanda, mas que não se configurou uma condição *sine qua non* para que o resultado pretendido fosse alcançado com sucesso (Movimento..., 2018).

Considerações finais

A pesquisa realizada buscou contribuir para as discussões acerca das relações existentes entre inovações tecnológicas e ativismo social nas periferias urbanas, tentando compreender se existe uma democratização no acesso às inovações no campo das tecnologias de informação e comunicação, e como esse eventual acesso impacta a capacidade de grupos mais vulneráveis em pautar a agenda pública e fazer valer suas demandas. A partir da análise empreendida, chegou-se à conclusão de que o caso em estudo – as ações realizadas para a implementação da linha de transporte suplementar S19, conhecida como Busão da Comunidade, no Aglomerado da Serra – tem componentes de uma ação coletiva de ativismo digital urbano (Matos, 2017; Bimber, Flanagan e Stohl, 2005 e 2012), envolvendo aspectos humanos, de comunicação e de informação (Lim, 2018;

Castells, 2013; Bode, 2012), embora não seja uma “ação conectiva” na acepção proposta por Bennett e Segerberg (2012), uma vez que as ações foram orquestradas pelas lideranças, e não partiram de uma efetiva mobilização digital da comunidade.

O acesso e o uso das mídias sociais evidenciaram o recurso às inovações tecnológicas de informação e comunicação como suporte à ação coletiva – o trabalho desenvolvido pelo movimento social em questão –, mas não como um fundamento dela. Em outros termos, o uso dos aparatos tecnológicos foi, nesse caso, apenas um elemento complementar para propagação de uma ação reivindicatória de natureza urbana, linear e unidirecional, e não uma característica intrínseca da ação, mais complexa e multirrelacional, não tendo aberto oportunidades adicionais para a ação.

Visto dessa forma, o conjunto de ações de ativismo digital em torno da implantação do Busão da Comunidade é ilustrativo daquilo que diversos pesquisadores afirmam: as inovações tecnológicas não são um dado, mas uma parte das relações desiguais de poder e das lutas engendradas, seja no espaço físico, seja no virtual, para alteração do balanço de forças atualmente existentes (Graham, 1997; Castells, 2013; Feenberg e Bakardjieva, 2004; Feenberg, 2009; Neves, 2013; Costa, 2004; Bode, 2012; Benjamin, Chen e Zimbra, 2014; Matos, 2017). Nesse sentido, é esclarecedor que um dos limites ao uso mais eficaz das plataformas digitais pelo movimento Busão da Comunidade seja o acesso limitado a esses recursos por parte da população residente no Aglomerado da Serra (Silva, 2019; Movimento..., 2018), reflexo do desenvolvimento tecnológico desigual interno das cidades globais (Graham, 1999 e 2002).

Se é possível dizer que o uso, ainda que limitado, das mídias digitais foi determinante para a rapidez de resposta do poder público – menos de 2 anos –, verifica-se que o acesso a esses recursos foi limitado, não permitindo que os usuários usufríssem dos benefícios potenciais das ferramentas, no sentido de uma ampliação da inteligência coletiva ou da aplicação dos recursos ancorados na estrutura social para atingir os objetivos buscados.

Entretanto, apesar de não serem protagonistas, é certo que as redes digitais possibilitaram a ampliação de um processo de “ativação emocional dos indivíduos” (Castells, 2013, p. 24), por meio de sua conexão com outros, ao viabilizar o compartilhamento daquilo que Lim (2018, p. 105) denomina “imaginação radical” – a capacidade de visualizar um futuro distinto da realidade existente – por uma comunidade mais ampla do que seu espaço originário de gestação.

A partir dessa constatação, a representante da ASF é otimista com relação ao futuro da ação coletiva mediada pelas redes de comunicação, pois entende o papel de articulação que elas podem exercer. Para ela, as relações *on* e *off-line* complementam-se: manifestações individuais autônomas emergem através das redes e são reforçadas por meio de manifestações coletivas estruturadas fora das redes. Já é possível observar, segundo seu entendimento, processos que nascem de “[...] *manifestações e alinhamentos on-line e, posteriormente, se deslocam para o ‘espaço vivido’ e também outros que nascem do ‘espaço vivido’ e ‘crescem, ganham visibilidade a partir da internet’*” (Silva, 2019). Para ela, é nessa articulação que reside uma das “belezas da contemporaneidade”: “*essa complexidade que sai da escala do seu*

corpo, de onde você tem contato, passa para a escala global muito fácil e volta também muito fácil [para a escala do seu corpo]” (ibid.).

Tal como Bimber, Flanagan e Stohl, (2012), a entrevistada entende que a ação coletiva se constrói a partir de uma complementaridade entre o virtual e o real: não se deve prescindir do real, do *tête-à-tête*, mas as novas ferramentas devem se adicionar a ele, ampliando a variedade da experiência coletiva humana. As redes digitais, no caso estudado, possibilitaram uma expansão dos canais de comunicação tradicionais disponíveis anteriormente, viabilizando uma comunicação mais horizontal, mas autônoma e interativa que, embora limitada, teve maior alcance.

A atividade digital ajudou a reunir os dois pressupostos que Castells (2013) identifica para a transformação de demandas individuais, de cunho emocional, em um movimento social: “[...] a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem [ou seja, uma empatia criada pela vivência de experiências semelhantes] e um canal de comunicação eficaz” (ibid., p. 24). E “o *big bang* de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação” (ibid., p. 23). Porém, as limitações do acesso às ferramentas tecnológicas reforçaram a reprodução das desigualdades do mundo *off-line*, ao invés de potencializar a inteligência coletiva dessas relações.

A mobilização em torno do Busão da Comunidade continua com a reivindicação em torno da ampliação do quadro de horários de maneira a contemplar os domingos. O sucesso da iniciativa, como resposta à inércia dos serviços municipais, revela o protagonismo da comunidade na busca do atendimento a suas demandas. Esse fato demonstra um avanço na

direção da conquista da governança democrática, pois reflete a repercussão “[...] da ação conjunta dessas redes de indivíduos sobre as instituições da sociedade, assim como sobre si mesmos” (ibid., p. 27). E, segundo Khan e Krishnan (2017), “quando se permite aos cidadãos levantar suas vozes, inserir sua opinião e participar do processo de tomada de decisão usando as mídias sociais, o governo vai se tornar mais responsivo e passível de prestar contas” (ibid., p. 59).

O estudo de caso ilustra, portanto, o uso das Tecnologias de Informação e

Comunicação/TICs de maneira distinta daquela proposta pela categoria de ação conectiva: no caso do Busão da Comunidade, as TICs não substituem outras formas de ação coletiva. Porém, elas mudam a natureza das práticas de ativismo urbano, uma vez que as relações entre as atividades *on-line* e *off-line* se apresentam como características do estudo. Este indica, ainda, que os recursos digitais, representados pelas TICs, podem ser decisivos para determinadas dimensões de mobilização e comunicação, mais do que, necessariamente, para a organização do movimento social.

[I] <https://orcid.org/0000-0002-5590-5697>

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Departamento de Tecnologia da Arquitetura Urbanismo e Design, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte, MG/Brasil.
amcp2017@ufmg.br

[II] <https://orcid.org/0000-0002-4947-9679>

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Departamento de Tecnologia da Arquitetura Urbanismo e Design, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte, MG/Brasil.
luizadecastro@ufmg.br

[III] <https://orcid.org/0000-0001-7896-8669>

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Departamento de Tecnologia da Arquitetura Urbanismo e Design, Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte, MG/Brasil
marco.penido.rezende@hotmail.com

Notas

- (1) A entrevista foi realizada na sede do Instituto Nossa BH, no dia 25/5/2018. A identidade do entrevistado será preservada em conformidade com os termos assinados para a realização da entrevista.
- (2) A entrevista foi realizada no dia 26/2/2019, na sede da associação Arquitetas Sem Fronteiras, com a arquiteta Luiza Silva, integrante dessa associação. A arquiteta assinou o Termo de Livre Consentimento e informou não ser necessária a assinatura do Termo de Confidencialidade, pois não apenas não vê problemas na divulgação dos seus dados e da entidade à qual está vinculada, como entende que essa divulgação é importante.
- (3) Sindicato que reúne os proprietários dos micro-ônibus que circulam em vilas e favelas e que fazem a conexão destas com a cidade formal.
- (4) O conceito diz respeito aos recursos contidos ou ancorados numa estrutura social que podem ser acessados ou mobilizados em ações com objetivos específicos (Son e Lin, 2008).
- (5) Olson (1965) propôs em “A Lógica da ação Coletiva” uma teoria segundo a qual indivíduos racionais e que agem em interesse próprio não agirão para atingir os objetivos comuns do grupo. De acordo com esta teoria, o indivíduo só participa de ações em prol do bem coletivo se houver “incentivos seletivos”, quer dizer, que vão se aplicar diferentemente àqueles que participaram e àqueles que não participaram. Entretanto, diversas críticas subsequentes foram feitas a esta teoria, entendendo que Olson generalizou conclusões que não eram generalizáveis (Oliver, 1980).
- (6) Serviço provido por pessoas físicas, complementar ao transporte coletivo convencional e viabilizado por meio de micro-ônibus.
- (7) Em 2014, o Whatsapp era utilizado por 450 milhões de pessoas. Em 2018, esse número havia sido multiplicado por 3, atingindo 1,5 bilhões de pessoas (Soares, 2018). No Brasil, em 2014, o aplicativo era o quarto maior consumidor de internet móvel no País (Gomes, 2014) e, em 2017, atingiu a marca de 124 milhões de usuários (Soares, 2018).

Referências

- BENJAMIN, V.; CHEN, H. e ZIMBRA, D. (2014). Bridging the virtual and real: the relationship between web content, linkage, and geographical proximity of social movements. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 65, n. 11, pp. 2210-2222,
- BENNETT, W. L. e SEGERBERG, A. (2012). The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, pp. 739-768.

- BIMBER, B.; FLANAGIN, A. J. e STOHL, C. (2005). Reconceptualizing collective action in the contemporary media environment. *Communication Theory*, v. 15, n. 4, pp. 365-388.
- _____. (2012). *Collective action in organizations: Interaction and engagement in an era of technological change*. Nova York, Cambridge University Press.
- BODE, L. (2012). Facebooking it to the polls: A study in online social networking and political behavior. *Journal of Information Technology & Politics*, v. 9, n. 4, pp. 352-369.
- BUSÃO DA COMUNIDADE CARDOSO METRÔ (2016). Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/busaodacomunidade/>. Acesso em: 23 maio 2018.
- CASTELLS, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (2015). *Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age*. Malden, John Wiley & Sons.
- COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE (2017). Página do Programa Viva no sítio da Prefeitura de Belo Horizonte na Internet. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>. Acesso em: 28 maio 2018.
- COSTA, R. (2004). Inteligência afluenta e ação coletiva: a expansão das redes sociais e o problema da assimetria indivíduo/grupo. *Razón y palabra*, v. 41, n.p.
- DE MORAES, D. (2001). O ativismo digital. *Biblioteca online de ciências da comunicação*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em: 3 jun 2019.
- DIAS, P. L. C. (2015). A apropriação das ruas de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval contemporâneos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 3, pp. 86-103.
- FEENBERG, A. (2009). Critical theory of communication technology: Introduction to the special section. *The Information Society*, v. 25, n. 2, pp. 77-83.
- FEENBERG, A. e BAKARDJIEVA, M. (2004). Consumers or citizens? The online community debate. *Philosophy and practice*, n.a., pp. 1-30. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andrew_Feenberg/publication/313576542_Consumers_or_citizens_The_online_community_debate/links/59fa3077a6fdcc9a16262ba8/Consumers-or-citizens-The-online-community-debate.pdf. Acesso em: 25 jan 2019.
- FOUCAULT, M. (2014). *Microfísica do Poder*. São Paulo, Paz e Terra.
- GOMES, H. S. (2015). WhatsApp é o 4º maior aplicativo da internet móvel do Brasil. *TechTudo G1-Globo*, 27/2/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/02/whatsapp-e-o-4-maior-aplicativo-da-internet-movel-do-brasil.html>. Acesso em: 25 jan 2019.
- GRAHAM, S. (1997). Telecommunications and the future of cities: debunking the myths. *Cities*, v. 14, n. 1, pp. 21-29.
- _____. (1998). The end of geography or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information technology. *Progress in Human Geography*, v. 22, n. 2, pp. 165-185.
- _____. (1999). Global Grids of Glass: on Global Cities, Telecommunications and Planetary Urban Networks. *Urban Studies*, v. 36, n. 5-6, pp. 929-949.

- GRAHAM, S. (2002). Bridging Urban Digital Divides? Urban Polarisation and Information and Communications Technologies (ICTs). *Urban Studies*, v. 39, n. 1, pp. 33-56.
- _____. (2005). Software-sorted geographies *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 5, pp. 562-580.
- HARLOW, S. e HARP, D. (2013). Alternative media in a digital era: comparing news and information use among activists in the United States and Latin America. *Communication&Society*, v. 26, n. 4, pp. 25-51.
- KHAN, A. e KRISHNAN, S. (2017). Social Media Enabled E-Participation: Review and Agenda for Future Research. *e-Service Journal*, v. 10, n. 2, pp. 45-75.
- LÉVY, P. (2007). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo, Loyola.
- LILLEKER, D. G. e KOC-MICHALSKA, K. (2017). What drives political participation? Motivations and mobilization in a digital age. *Political Communication*, v. 34, n. 1, pp. 21-43.
- LIM, M. (2018). Roots, routes, and routers: communications and media of contemporary social movements. *Journalism & Mass Communication Monographs*, v. 20, n. 2, pp. 92-136.
- MATOS, C. (2017). Ativismos urbanos digitais: a relevância do espaço material nas lutas urbanas contemporâneas. In: ENANPUR, 17. *Anais...* São Paulo (on-line). Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseos_Tematicas/ST%206/ST%206.1/ST%206.1-01.pdf. Acesso em: 17 maio 2018.
- MOVIMENTO TARIFA ZERO (2018). Entrevista de representante do movimento ao autor. Belo Horizonte.
- NEVES, B. B. (2013). Barbara Barbosa. Social capital and Internet use: the irrelevant, the bad, and the good. *Sociology Compass*, v. 7, n. 8, pp. 599-611.
- NORRIS, P. (2001). *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OLIVER, P. (1980). Rewards and punishments for Collective Action: Theoretical Investigations. *American Journal of Sociology*, v. 85, n. 6, pp. 1356-1375.
- PAACA (2019). *A experiência piloto do Paaca*. 7 slides.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. e HANSEN, J. R. (2016). Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. *Rev. Serv. Público*. Brasília, v. 67, n. 4, pp. 497-523.
- SCHRADIE, J. (2018). The digital activism gap: how class and costs shape online collective action. *Social Problems*, v. 65, n. 1, pp. 51-74. doi: 10.1093/socpro/spx042
- SILVA, L. (2019). Representante do movimento “Arquitetas Sem Fronteira”, em entrevista a CAETANO, A. Belo Horizonte, fevereiro.
- SISTEMA GLOBO DE TELEVISÃO (2013). Aglomerado da Serra é o maior conjunto de favelas de Belo Horizonte, 31/ago/2013. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/08/aglomerado-da-serra-e-o-maior-conjunto-de-favelas-de-belo-horizonte.html>. Acesso em: 28 maio 2018.
- SOARES, B. (2018). WhatsApp bate marca de 1,5 bilhão de usuários ativos. TechTudo G1- Globo. 1/2/2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/whatsapp-bate-15-bilhao-de-usuarios-ativos.ghtml>. Acesso em: 12 nov 2018.

SON, J. e LIN, N. (2008). Social capital and civic action: a network-based approach. *Social Science Research*, v. 37, n. 1, pp. 330-349.

VAN STEKELENBURG, J. e KLANDERMANS, B. (2017). Protesting youth: collective and connective action participation compared. *Zeitschrift fur Psychologie/Journal of Psychology*, v. 225, n. 4, pp. 336-346.

Texto recebido em 12/mar/2019
Texto aprovado em 30/maio/2019